

Diplomas legais em destaque

[Decreto-Lei n.º 105/2026, de 26 de maio](#)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2026.

[Decreto-Lei n.º 108/2026, de 29 de maio](#)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 9-B/2026, de 6 de março, revê o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas e altera o regime jurídico da urbanização e da edificação e o regime jurídico da reabilitação urbana.

[Portaria n.º 222-A/2026/1, de 18 de maio](#)

Estabelece os termos, condições de implementação e funcionamento do sistema de incentivo económico direto, para o fluxo de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, em conformidade com o previsto no n.º 8 do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua redação atual.

[Decreto-Lei n.º 97/2026, de 20 de maio](#)

No uso da autorização concedida pela Lei n.º 9-A/2026, de 6 de março, aprova medidas de desagravamento fiscal para o fomento de oferta de habitação, nomeadamente medidas de incentivo e benefícios fiscais aplicáveis à habitação e ao arrendamento ou subarrendamento habitacional: para o que aprova o Regime dos Contratos de Investimento para Arrendamento, o Regime de Restituição Parcial do Montante Equivalente ao IVA Suportado em Empreitadas de Construção de Imóveis para Habitação e o Regime Simplificado de Arrendamento Acessível, e procede, ainda, à alteração do Código do IVA, do Código do IRS, do Código do IMT e do EBF.

[Decreto-Lei n.º 103/2026, de 21 de maio](#)

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2017/625, relativo aos controlos oficiais e outras atividades oficiais que visam assegurar a aplicação da legislação em matéria de géneros alimentícios e alimentos para animais e das regras sobre saúde e bem-estar animal, fitossanidade e produtos fitofarmacêuticos.

[Decreto-Lei n.º 104/2026, de 25 de maio](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, que institui o abono de família para crianças e jovens e define a proteção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de proteção familiar.

[Portaria n.º 224/2026/1, de 19 de maio](#)

Normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Administração Interna.